

ENTRE PALMARES E LIBERDADE: RECONFIGURAÇÕES IDENTITÁRIAS DE ESTUDANTES AFRICANOS NA UNILAB¹.

Daniele Ellery Mourão²
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
(UNILAB)/Ceará.

Identities, students africanos, ensino superior.

Introdução

O artigo propõe uma reflexão acerca dos processos de produção de identidades de estudantes estrangeiros de Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), durante a construção de seus projetos de vida e de formação acadêmica, em contexto de deslocamento transitório. Pretende abordar como são estabelecidas as relações sociais entre os estudantes de várias nacionalidades de países africanos e os estudantes brasileiros, e entre eles e os moradores da cidade. Para tanto, destaca o ideal de “integração internacional” posto pela universidade, em contraste com situações discriminatórias e excludentes, produtoras de silenciamentos, tensões identitárias e raciais, vivenciadas pelos estudantes estrangeiros em Redenção.

Entre o sonho de obter uma formação superior, de vida melhor, com os desafios do deslocamento geográfico e cultural, esses estudantes vivem diversos conflitos identitários, em razão do preconceito de cor e de origem com o qual entram em contato ao chegar ao Ceará. Nesse contexto, ressalto a importância das particularidades históricas do município de Redenção, com a memória da libertação dos escravos, e do Ceará como um lugar que nega a sua negritude, por meio de uma narrativa historiográfica, e do senso comum, que afirma que não existem negros (e nem racismo) no estado, em razão da escravidão ter sido muito pouco expressiva.

A proposta é refletir como a questão identitária e racial é significada e ressignificada³ dentro e fora do ambiente universitário, a partir de situações concretas

¹ Trabalho apresentado na 30ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 3 e 6 de agosto de 2016, João Pessoa/PB.

² Pesquisadora bolsista DCR (Desenvolvimento Científico e Regional) na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) - ellerymourao@gmail.com

vividas pelos estudantes estrangeiros. Observo ainda como eles ativam ou desconstruem antigos mitos ligados à dominação colonial e à superioridade europeia também ao se depararem com o desconhecimento e/ou silenciamento sobre os diversos países africanos e História da África. Pois, no Ceará eles têm que encarar não somente a negação da identidade negra, um problema identitário que em princípio não é deles, mas, principalmente, o desconhecimento e a falta de interesse acerca do continente africano, visto pelos colegas de curso brasileiros (e até mesmo por professores) como um só país, um lugar misterioso e exótico, sempre relacionado à pobreza, doenças e guerras.

Esse desconhecimento é algo percebido como contraditório e não imaginado pelos estudantes ao saírem de seus países para estudar em um estado celebrado pelo pioneirismo abolicionista, e em um país “multirracial”, afamado e festejado pela “fábula das três raças” (DAMATTA, 1981). Portanto, a questão é perceber o que significa ser um estudante africano no Ceará, em Redenção, entendendo o universo identitário local de destino em que ele se insere, em consonância com os diversos discursos em torno da criação da Unilab, e como os estudantes encontram alternativas para uma possível “integração social” diante dos processos de negação do negro no estado e do seu próprio.

Questões teórico-metodológicas e a inserção no campo

O fluxo de estudantes estrangeiros para o Brasil pressupõe, além da construção de trajetórias e projetos individuais e familiares, a construção de projetos coletivos (com forte apelo de um *ethos* nacional), que visa a ascensão social dos indivíduos no retorno ao país de origem e a retribuição do aprendizado adquirido para o desenvolvimento da nação (MOURÃO, 2009, 2013). Nesse sentido, os projetos de vida são vistos como elaborados a partir de determinadas escolhas pessoais, mas também por meio de imposições e constrangimentos estabelecidos na interação com outros indivíduos e grupos sociais nos países de origem e no de destino.

A noção de projeto aqui referida é a definida por Velho (1994), como um instrumento básico de negociação da realidade com outros atores, indivíduos ou coletivos. Isto é, como um meio de comunicar, expressar e articular interesses,

³ O conceito de ressignificação é o adotado por Sahlins (1990; 2004) que se refere aos novos sentidos atribuídos pelos indivíduos às suas ações, dependendo do contexto, que é situado historicamente.

objetivos, sentimentos e desejos, os quais são elaborados entre os indivíduos em meio a um “campo de possibilidades”, situado histórica e culturalmente a partir de paradigmas culturais de uma determinada sociedade; logo, uma noção que articula a dimensão social e individual do sujeito (VELHO, 1981). Ao construírem projetos de vida, a partir de determinadas escolhas e imposições sociais que fazem parte dos seus “campos de possibilidades” os estudantes estrangeiros da Unilab elaboram suas identidades na interação com outros indivíduos e grupos, revelando situações ora de resistência identitária, ora de produção de novas identidades, também incorporando e modificando hábitos e códigos de interação. Pela situação de contato (em contexto de deslocamento) envolver diferentes constrangimentos, mudanças e contrastes entre códigos culturais distintos, os processos de negociações identitárias tornam-se ainda mais intensos, implicando um olhar mais aprofundado e crítico sobre suas identidades e posições sociais como africanos, negros, estrangeiros, imigrantes transitórios e/ou temporários (MOURÃO, 2009; MUNGOI, 2007; SUBUHANA, 2005).

Desse ponto de vista, o tema da identidade é tratado por meio de uma perspectiva relacional, contextual, interativa, estratégica, como representação e criação discursiva (AGIER, 2001; CUNHA, 1985; HALL, 2002, 2003; OLIVEIRA, 1976; BHABHA, 2007), permitindo observar como os indivíduos manipulam e se apropriam de elementos culturais múltiplos e plurais que selecionam para uso próprio, dependendo das questões em jogo nas diferentes situações de interação em que se engajam (MOURÃO, 2013, 2014). Isso, sem esquecer os antagonismos, confrontações, negociações e relações de poder presentes nas situações de contato entre diferentes configurações identitárias, culturais e nacionais. Seguindo essa análise, embora a noção de cultura seja definida como um conjunto de mecanismos simbólicos criados pelos sujeitos para governar o comportamento, auto-controlar, e fornecer as condições de nossa existência, não pode ser tomada aqui como rígida e fixa, mas sim como um processo não homogêneo, em contínuo fluxo e de múltiplas possibilidades. Apresenta-se, portanto, como um meio de avaliação, negociação e reelaboração das relações sociais por meio do compartilhamento de experiências entre os indivíduos (BARTH, 2005).

Os dados que inspiram esta reflexão partem de uma pesquisa⁴ em andamento que estou desenvolvendo junto aos estudantes estrangeiros na Unilab, que tem como questão central observar como eles constroem suas relações de interação com outros estudantes e professores de diferentes nacionalidades e com a população local. Por ser uma pesquisa em curso, os dados analisados referem-se, sobretudo a algumas situações que presenciei junto aos estudantes dentro e fora da Unilab, principalmente por meio de conversas informais, durante o meu período de instalação em Redenção – entre janeiro e fevereiro de 2016, e vivência até agora no local – para a realização do projeto de pesquisa.

Destaco que o meu convívio com estudantes africanos dos PALOP não é algo recente. A primeira pesquisa com estudantes guineenses e cabo-verdianos do Programa de Estudante Convênio de Graduação (PEC-G)⁵ foi realizada em 2001, durante a minha graduação em Ciências Sociais na UFC. Na época, tive a oportunidade de estudar com dois cabo-verdianos (um rapaz e uma moça), com os quais estabeleci uma relação de amizade. Por intermédio deles, conheci diversos estudantes de diferentes nacionalidades (principalmente cabo-verdianos, guineenses e são-tomenses), passando a conviver com eles no Campus universitário e frequentar suas casas e festas. As pesquisas de graduação, mestrado e doutorado (MOURÃO, 2004; 2009; 2013)⁶ e os filmes etnográficos “Identidades em Trânsito (curta/2007)” e “Do Outro Lado do Atlântico (longa/2016)”, que também realizei⁷, abordaram de diferentes maneiras e com temáticas distintas os fluxos de estudantes dos PALOP para o Brasil. O último filme aborda de

⁴ A pesquisa intitulada “Estudantes africanos na UNILAB: reconfigurações identitárias no Maciço de Baturité” é viabilizada pelo Programa de Desenvolvimento Científico e Tecnológico Regional – DCR/Ceará - vertente interiorização -, com financiamento FUNCAP/CNPq.

⁵ Criado em 1965, atualizado em 1967 e, em 1973, lançada a sua terceira versão, o Programa PEC-G oferece a estudantes de países em desenvolvimento com os quais o Brasil mantém acordo educacional, cultural ou científico-tecnológico a oportunidade de realizar seus estudos de graduação gratuitos em Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras. Ao longo da última década, mais de 6.000 pessoas foram selecionadas pelo Programa. A África é o continente de origem da maior parte dos estudantes, com destaque para Cabo Verde, Guiné-Bissau e Angola, e os cursos com maior número de vagas oferecidas são Letras, Comunicação Social, Administração, Ciências Biológicas e Pedagogia.

⁶ As pesquisas de graduação em Ciências Sociais e mestrado em Sociologia foram realizadas na Universidade Federal do Ceará, com estudantes guineenses e cabo-verdianos. Já a pesquisa de doutorado foi realizada no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-UL), com estudantes cabo-verdianos do ensino superior no Brasil e em Portugal.

⁷ O curta “Identidades em Trânsito” foi filmando entre 2004 e 2005, em Cabo Verde e Guiné-Bissau, com profissionais guineenses e cabo-verdianos (de três gerações) graduados no Brasil e egressos aos países de origem depois de formados. Já o longa “Do Outro Lado do Atlântico” foi filmado em 2014, em Redenção, na Unilab, Fortaleza e Rio de Janeiro, e em três ilhas de Cabo Verde.

forma privilegiada o universo dos estudantes na Unilab e em Redenção, também servindo de fonte de dados de reflexão para a pesquisa DCR e presente artigo.

Durante a minha instalação na cidade, tive o apoio de alguns estudantes, em especial daqueles que entrevistei em 2014 para o documentário “Do Outro Lado do Atlântico”. Duas estudantes cabo-verdianas foram fundamentais nesse processo, me hospedando em suas casas quando eu ainda não tinha local para morar, e, dessa forma, permitindo com que eu conhecesse outros estudantes e fosse inserida em suas redes de amizade e convivência. Logo, tem sido nesse espaço de convívio com os estudantes em Redenção (em suas casas, na universidade, no restaurante universitário, nas ruas, em idas ao supermercado, aulas de dança e festas), bem como do meu próprio caminhar pela cidade, na relação também com a população local, que tenho construído as minhas percepções do campo.

Criação da Unilab em Redenção e o desafio da “integração cultural”.

A 60 km de Fortaleza, rodeada de montanhas, com um total de 26 426 habitantes (senso 2010), Redenção conta com muitas características do mundo rural (com 11 218 habitantes vivendo no campo e 15 142 habitantes na zona urbana). Situada na transição entre o campo e a cidade, nos termos de Raymond Williams (2011), traz ainda muitos traços do campo, cercada de vasta área verde, com muitas famílias de agricultores na região do Maciço de Baturité (onde está localizada). Porém, já apresenta especulação imobiliária no Centro da cidade e comércio desenvolvido, próprios do modo de produção capitalista. Com três agências bancárias, dois grandes supermercados e vários mercadinhos, restaurantes, pousadas, lojas de eletrodomésticos, móveis, perfumaria, rouparia, etc., embora ainda sem saneamento básico e organização sistemática de coleta de lixo, entre outras questões e problemáticas que permeiam essa transição.

No centro da cidade vivem a maioria dos estudantes estrangeiros. É também o local privilegiado das inúmeras referências ao evento de libertação dos escravos. Lojas e supermercados recebem os nomes de “Liberdade”, “Redentor”, “Abolição”, imagens de negros libertos com correntes partidas nos braços e pescoços são representadas por pinturas nos muros e por estátuas nas praças. Há ainda um grande monumento na entrada da cidade com a imagem de uma negra nua, rompendo as amarras da escravidão, entre outras construções, como o busto da princesa Isabel assentado na praça principal. Além dessas referências, existem dois museus, o Senzala Negro Liberto

(localizado no Engenho Livramento, construído, em 1873, pela família Muniz Rodrigues, proprietária do sítio) e o Museu Histórico e Memorial de Redenção (criado em 1997 e localizado na Praça da Matriz, no centro da cidade). Este último possui um acervo com cerca de 350 peças entre documentos históricos, objetos de personalidades históricas e sacras, além dos objetos de tortura do período escravocrata.

A cidade foi o primeiro município do Maciço a emancipar-se de Baturité, passando a ser denominada Vila do Acarape, em 1868. Em 1889, é reconhecida como cidade e recebe o nome de Redenção em homenagem ao seu “grande feito abolicionista”, de repercussão nacional, ocorrido em 1883, quando também recebeu as alcunhas de “Berço das Auroras” e “Rosal da Liberdade”. De acordo com Tavares (2011), a Sociedade Libertadora Artística de Acarape e a Sociedade Redentora Acarapense, fundadas em 1882, foram as organizações que assumiram a vanguarda do movimento, impulsionando a proclamação da abolição em Redenção. Outros exemplos citados de entidades que contribuíram, desde 1850, para a antecipação da abolição no Ceará são A Sociedade Perseverança e Porvir, a Sociedade Cearense Libertadora Baturiteense, a Sociedade Manumissora Sobralense e o jornal O Libertador. O estado é também conhecido como “Terra da Luz”, pelo pioneirismo na luta de libertação e pela exaltação de seus heróis da liberdade. Um dos mais famosos é Francisco José do Nascimento (Chico da Matilde), conhecido por “Dragão do Mar”: jangadeiro cearense, descendente de escravos, que fazia o traslado dos escravos dos navios para a praia, e que por ter tomado parte no movimento abolicionista passou a impedir que as embarcações recebessem ou despachassem pessoas escravizadas.

Diante desse quadro, uma das questões que se coloca é como um estado tão celebrado pela luta de libertação nega tão fortemente seu passado negro. A existência de negros (e de índios) no Ceará e de um passado que articule suas influências e contribuições para formação do povo cearense foi sempre apagada e negada pela historiografia local, sendo os mesmos afastados simbólica e geograficamente (ficando restritos às periferias das cidades) do processo de formação da memória e da identidade (CUNHA JR., SANTOS, 2010; RATTS, 1997). Com o intuito de abrandar as diferenças e as desigualdades no estado por meio do embranquecimento da população, tal conhecimento, segundo Funes (2000), foi construído e fundamentado em um “equivoco histórico e uma lógica perversa” que sempre associou o negro apenas ao modo de produção escravista local. Assim, o mito da não existência de negros que se cristalizou na formação da identidade cearense, como ressaltado por Pordeus Jr. (2002, 2003),

pretendia apagar a nossa “memória africana”, por meio da criação de uma diferenciação entre o Ceará e os estados vizinhos. Esse apagamento da memória ocultou a complexidade da dinâmica cultural e social dos povos de origem africana (os processos de miscigenação), invisibilizando os trabalhadores livres, assalariados, proprietários de terra negros e a sua contribuição na formação do estado (BEZERRA, 2009). Na mesma linha de pensamento, Ratts (1998) sublinhou que a partir da segunda metade do século XIX, tanto os processos políticos como a própria produção intelectual privilegiou certas versões da história de índios e negros, construídas de forma a identificar os índios com a população regional e os negros como distintos do “cearense típico” (que seria uma mistura de brancos e índios), reforçando a invisibilidade do negro. O autor reitera que as ideias da maioria dos historiadores que reificavam a “quase ausência” de negros na formação étnica dos cearenses (segundo a expressão de Raimundo Girão, historiador da abolição), se detinham ao tema da pouca utilização de mão-de-obra escrava no Ceará – continuamente usando a categoria escravo como sinônimo de negro. Ao afirmarem que o trabalho escravo no Ceará estava muito mais ligado aos serviços domésticos e aos poucos engenhos de rapadura, esses discursos implicavam também uma ideia de “escravidão branda” justificada pelo íntimo contato entre senhores e escravos (RATTS, 1998).

A historiografia sobre o tema é bastante vasta, não sendo o objetivo do artigo tratá-la em todos os seus pormenores, mas sim ressaltar o tema da invisibilidade do negro no Ceará como uma problemática relevante para entender a especificidade dos processos de construção identitárias, as ambivalências dos discursos em torno do racismo e o contexto excludente em que se situam os estudantes estrangeiros em Redenção. Não têm negros no Ceará ou eles foram afastados dos centros urbanos para viver limitados às periferias das cidades? Não têm negros ou não nos reconhecemos como tal? É uma questão bem mais ampla e complexa de negação e apagamento da memória, tema que Ratts (1998), Bezerra (2009, 2002) e Pordeus Jr. (2003), somente para citar alguns, trataram com grande maestria em suas pesquisas.

Criada no centro da narrativa do mito, a Unilab denominou os seus três campi universitários localizados no Ceará respectivamente de “Palmares”, “Aurora” e “Liberdade”. Embora muitos sejam os discursos que circulam em torno da criação da Universidade (ABRANTES, 2014) – objetivos, metas e interesses políticos, econômicos, culturais, sociais, escolha do local, etc. –, um dos mais comuns é que a sua construção em Redenção foi motivada em referência ao pioneirismo do município na

emancipação dos escravos. De acordo com Tavares (2011), agora com o propósito de escrever uma “nova página de libertação”, nos campos cultural, educacional e tecnológico.

Quando idealizada a sua criação, como um projeto em 2008, foi anunciada pelo então ministro da Educação, Fernando Haddad, como uma proposta de formação de pessoas aptas a contribuir para a integração do Brasil com os países da África, promover o desenvolvimento regional e intercâmbio cultural, científico e educacional da região. Instituída, em 2010, pela Lei nº 12.289, como Universidade Pública Federal, a Unilab surge então, tanto como uma alternativa de formação para os jovens da região do Maciço de Baturité⁸, ao investir na interiorização do ensino, bem como no âmbito da cooperação internacional, sendo, além do PEC-G, mais uma opção de formação superior para jovens de países dos PALOP e integrantes da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP): Guiné-Bissau, Angola, Cabo Verde, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Portugal, Brasil e Timor Leste. Tal proposta fazia parte das ações do governo Lula, que promoveu profundas mudanças na condução da política externa do país. Essas ações redimensionaram a diplomacia brasileira, que teve como foco a relação Sul-Sul, desenvolveu estratégias de diversificação dos parceiros nas relações bilaterais atendendo às dimensões econômicas, políticas e sociais, com um papel central no desenvolvimento do continente africano. A dimensão social traduziu-se em atuações classificadas por Vizontini (2005) como de solidariedade, pela necessidade, segundo o próprio ex-presidente, de um “resgate da dívida política, moral e histórica do Brasil com a África”⁹. Por meio de um discurso de “cooperação solidária”, que evitava a mediação das ex-metrópoles coloniais, a política do governo também se apresentava como uma mudança de eixo, buscando na agenda da formação superior uma concertação entre países que no passado tiveram o mesmo colonizador (VIZENTINI, 2005; MUNGOI, 2004; ABRANTES, 2014).

A universidade conta hoje com um total de 2.666 estudantes de graduação (1.949 do Brasil, 648 do continente africano – 438 de Guiné-Bissau, 51 de Angola, 77 de Cabo Verde, 20 de Moçambique e 62 de São Tomé e Príncipe – e 69 do Timor Leste). Embora a integração internacional e cultural, inclusive com um trimestre do ano letivo intitulado “trimestre de integração cultural”, esteja no horizonte de metas da

⁸ O Maciço é uma formação geológica localizada no sertão central cearense, composta pelos municípios de Pacoti, Palmácia, Guaramiranga, Mulungu, Aratuba, Capistrano, Itapiúna, Baturité, Aracoiaba, Acarape, Redenção, Guaiúba, Barreira e Ocara.

⁹ Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0411200302.htm>, consultado em 15/05/2010.

Unilab – e no horizonte político mais amplo, voltado para a cooperação internacional e aproximação com a África, por meio da educação, trocas científicas e culturais –, na prática cotidiana tal aspiração não tem sido fácil.

A pesar de a universidade ter se apresentado como um ideal de ruptura num cenário que era favorável tanto às mudanças na condução da diplomacia brasileira, quanto na ampliação de políticas de ações afirmativas para a população negra no Brasil, não podemos esquecer que somos um país constituído por um passado de colonização e de escravidão. De tal modo, sendo preciso ter clareza do racismo dissimulado (e/ou explícito) e das desigualdades sociais entre brancos e negros, como um grande desafio seja para os jovens estudantes (africanos e brasileiros) seja para a população local, como também para a instituição (professores e servidores) e seu projeto acadêmico de formação profissional.

Situações concretas: os desafios de estudar na Unilab e viver em Redenção

O intenso fluxo de estudantes africanos para Redenção tem provocado alguns incômodos entre os envolvidos nessas experiências de contato. As relações sociais são construídas, muitas vezes, por meio de estranhamentos mútuos e situações de rejeição, ativadas por antigos e novos conflitos identitários e raciais.

Da parte de alguns moradores, o argumento é que “ninguém perguntou a eles se eles queriam a universidade lá”, fato que tem modificando muito rapidamente o cenário urbano da cidade, aumentando a demanda por moradia, com um crescente processo inflacionário nos aluguéis de casas, apartamentos e serviços, dificultando também a instalação de novos estudantes. Ao mesmo tempo em que a instalação da universidade e a presença dos estudantes estrangeiros trazem desenvolvimento para Redenção – com mais oportunidades de negócios e postos de trabalho para a população local –, além da própria possibilidade de muitos jovens da região do Maciço de Baturité poderem ter acesso à formação superior, esse incremento traz grande agitação e rápidas mudanças nem sempre bem-vindas.

Da parte dos estudantes estrangeiros, como relatado por uma jovem cabo-verdiana, um dos maiores problemas é “viver com dignidade e respeito”. Uma das primeiras dificuldades com as quais eles se deparam ao chegar é conseguir moradia, seja

pelos preços exorbitantes dos aluguéis¹⁰, seja porque alguns proprietários “não querem alugar seus imóveis para estudantes africanos”¹¹. Os estudantes argumentam que por serem vistos como estrangeiros “as pessoas acham que eles têm muito dinheiro e aumentam o valor dos aluguéis”, todavia são constantemente tratados de forma “desqualificada e discriminatória”, como se não pudessem pagar, ou viver de forma respeitosa com os vizinhos, sendo frequentemente acusados de provocar confusão e barulho na cidade.

Outra experiência destacada por eles, sobretudo vivenciada na universidade, é a falta de conhecimento dos brasileiros em relação ao continente africano e aos seus próprios países. Alguns estudantes relataram que ao serem identificados como “africanos” pela aparência (roupas, cabelos, cor da pele), ou pelos diferentes sotaques, são automaticamente tratados sem diferenciação. São ainda questionados “sobre dormir em árvores, da existência de animais selvagens onde moram, de carros e celulares em seus países”, tratados ora com exotismo, ora como pessoas desqualificadas, ou incapacitadas, que precisam de ajuda (na base da tutela), em razão de um suposto atraso cultural e intelectual. De outra forma, eles também são discriminados ao serem confundidos com o “negro brasileiro”, podendo ser identificados como “bandidos”, igualmente situados em condição de subalternidade¹², revelando como a discriminação no Brasil estabelece-se em uma íntima relação entre raça e classe (e entre raça e gênero), por meio de marcadores sociais percebidos principalmente na corporalidade (GOMES, 2002; FRY, 2005). Um exemplo disso é que os homens negros e mulatos são vistos ou no âmbito meramente folclórico e lúdico, ou como violentos e perigosos, ora na condição de jogador de futebol, e de sambista, ora associados à figura do malandro ou bandido, podendo ser muito mais identificados como capazes de atitudes desonestas e violentas do que as mulheres negras e mulatas: as negras relacionadas ao trabalho escravo ou doméstico e as mulatas ao sexo (PACHECO, 2008; CORRÊA, 1996; GIACOMINI, 2006). Assim, os próprios sinais diacríticos do corpo negro (nariz, boca, cor da pele, cabelo), comparados com os do branco (europeu), também são usados de

¹⁰ Embora, diferente do PEC-G, os estudantes recebam um auxílio mensal no valor de R\$530,00 para as despesas de moradia, é difícil conseguir arcar com os valores dos aluguéis, sendo comum que os estudantes dividam residência com outros estudantes.

¹¹ Em Redenção é possível perceber certa separação geográfica em relação às moradias, com alguns imóveis (prédios ou casas) próprios para professores morarem, alguns onde só moram estudantes estrangeiros, outros para estudantes brasileiros que vêm de outras cidades vizinhas, etc.

¹² Esse é um problema bastante recorrente e um dos grandes desafios entre os estudantes africanos que vivem em outras capitais brasileiras (FONSECA, 2009; MORAIS, SILVA, 2011; MOURÃO, 2013, 2014; SUBUHANA, 2005; MASSART, 2002; HIRSCH, 2007).

argumento para formulações de padrões de beleza e de feiura que nos perseguem até hoje (GOMES, 2002).

Diante disso, vale destacar, como sublinhou Mia Couto (2011), como a África tem sido sujeitada a “sucessivos processos de essencialização e folclorização”, sendo a maioria das coisas que divulgam como autenticamente africanas, resultado de invenções produzidas fora do continente, por meio de imagens estereotipadas dos africanos e de superioridade dos europeus (APPIAH, 1997; MUDIMBE, 1988). De acordo com Mudimbe (1988), como um conjunto de conhecimentos e de saberes sintéticos criados durante uma longa história de expansão territorial e de contato, por não africanos sobre a África, semelhante à invenção do Oriente, analisado por Said (2001). Como também ressaltado por Macamo (2002), esse saber colonial consistiu na sistematização de um tipo de conhecimento acerca das sociedades africanas por meio da intervenção e da gestão das relações sociais por instituições que moldassem e permitissem a sua manipulação segundo os interesses coloniais. Isso coloca em debate as formas de inculcação e internalização da suposta superioridade cultural europeia pelos indivíduos de países que foram colonizados, como analisado por Ortiz (1994), implicando na dificuldade desses indivíduos em romper com o silenciamento e a subalternidade.

Durante o meu período de instalação em Redenção presenciei algumas situações dignas de incômodo que são bastante representativas dessas formas de silenciamento e apagamento da memória presentes nas “estruturas de longa duração” (ELIAS, 1995) de uma sociedade que também carrega as marcas do colonialismo: patriarcal e escravocrata. A primeira situação ocorreu quando eu estava hospedada no apartamento de uma estudante de Cabo Verde, em um prédio pequeno, de apenas um andar, onde praticamente só moravam estudantes estrangeiros, de várias nacionalidades. Nesse dia, várias meninas (entre cabo-verdianas, moçambicanas e são-tomenses) se reuniram no apartamento da minha anfitriã para fazer uma festa surpresa de aniversário para ela. As estudantes tinham idade média entre 20 e 25 anos, e todas elas já vivem em Redenção há pelo menos dois anos. No dia anterior havia sido comemorado, no mesmo apartamento, outra festa surpresa, porém nesse dia foi uma festa mais íntima, só entre as meninas (umas dez, mais ou menos). Um conversavam no quarto, outras na sala, algumas ouviam música no computador, enquanto outras preparavam a comida que seria servida na comemoração. Cantamos os parabéns por volta de meia noite. Havia certo barulho para os vizinhos, afinal era uma comemoração de aniversário, mas ninguém da vizinhança havia reclamado, nem no dia anterior, nem nesse dia. Não houve

reclamação da polícia, como elas relataram ocorrer com certa frequência nas festas em que eles costumam fazer, e nenhuma pessoa sequer pediu para baixar o som que, nesse dia, não estava tão alto como no dia anterior, sendo o maior barulho o das conversas.

Depois dos parabéns, umas cinco garotas ficaram na varanda conversando e rindo, divertidamente. Era mais ou menos 01h30 da manhã quando ouvi uma pessoa gritando na rua e corri para ver o que era. Um senhor, com idade entre 60 e 65 anos, só de bermuda, sem camisa, estava passando em frente ao prédio, gritando com as meninas que estavam na varanda. As palavras eram: “Vocês vêm pra cá só pra fazer putaria, abaixa esse som! Nós é que mandamos aqui, Redenção é nosso, não é de vocês. Vão se foder! Africanos de merda voltem de onde vieram!”.

É redundante dizer que a situação ocorrida foi bastante constrangedora para elas e para mim, que sou brasileira e cearense, fazendo com que elas disparassem a falar, todas ao mesmo tempo, sobre várias situações que aconteciam com elas e com outros amigos no dia a dia. Disseram que eram “humilhadas constantemente, que não queriam ficar em Redenção, e que só esperavam o dia de se formar para voltar o mais rápido possível para o seus países”. Uma delas relatou que até mesmo o padre da igreja havia dito que “a música dos africanos era coisa do demônio”, e outra estudante argumentou que “putaria mesmo era o que acontecia no posto de gasolina, com os paredões tocando funk e forró, e as brasileiras com os shorts curtíssimos que mostravam a bunda”. Além disso, disseram que “na época do São João tinham que ouvir quadrilha a noite inteira, com o som muito alto, mas que a música delas elas não podiam ouvir nunca, em nenhum lugar, sem espaço para diversão”.

Essas situações revelam claramente os conflitos entre códigos culturais e configurações nacionais distintas, por meio de uma ideia territorializada da nação que separa literalmente os que fazem parte dos que não fazem e os que têm direitos e deveres comuns dos que não têm, tendo como contraste as identidades estrangeiras (SMITH, 1997; ANDERSON, 1989; WOODWARD, 2000). Nota-se uma nítida disputa por espaço, legitimidade cultural e nacional, em que o que está em jogo é: ‘vocês estrangeiros, negros e africanos, ou se adequam ou vão embora’. Diante disso, gostaria de destacar como a especificidade local, carregada da memória da escravidão, da negação da identidade negra, somada aos discursos da “dívida do Brasil com a África”, parecem corroborar para ativar estereótipos e imagens negativas sobre os estudantes africanos (seus corpos negros e local de origem). Essas imagens que são construídas por um saber marcado por relações de dominação insistem em situá-los em uma condição

de subalternidade (SPIVAK, 1988). Ou seja, sem poder de fala, muitas vezes, sendo esperado que eles aceitem o lugar de “coitadinhos” e/ou de “subservientes”, e não de pessoas que vieram ocupar um lugar na universidade, no ensino superior, devendo ser tratadas com respeito e avaliadas como tendo as mesmas capacidades intelectuais que seus colegas brasileiros. Isso coloca também em questão a dificuldade dos grupos minoritários em buscar estratégias para a inclusão social e o reconhecimento de direitos sem essencializar as identidades – recorrendo ao uso da “máscara”, no sentido dado por Fanon (2008), de uma reafirmação da “persona” –, como uma fórmula difícil de escapar.

A segunda situação que gostaria de ressaltar ocorreu durante as gravações do filme *Do Outro Lado do Atlântico*, no restaurante universitário da Unilab, enquanto gravávamos uma conversa entre duas estudantes cearenses da região do Maciço de Baturité e dois rapazes africanos, um de Angola e outro de Cabo Verde. Ao responder para os rapazes sobre o porquê do “espanto que foi para todos na cidade” a chegada dos estudantes estrangeiros, uma das meninas disse:

“Porque nós somos uma cidade provinciana, uma cidade pequena que sempre foi marcada pelo preconceito. Até hoje é. Aí de uma hora pra outra... porque a gente teve conscientização nas escolas, mas nas ruas não se imaginou projetos sociais para que preparassem a comunidade pra dizer: ‘olha a gente vai pagar uma dívida’, porque nós temos uma dívida com vocês, com os escravos. A gente vai pagar uma dívida com os africanos, com os escravos, e eles vão vir pra cá pra poder estudar. Eles vieram pra cá escravos e vão sair doutores! ’.” (Relato do filme *Do Outro Lado do Atlântico*).

A expressão de perplexidade dos rapazes era notória. Um deles, em um relato individual para o filme, disse que “o racismo era uma das coisas que ele não esperava encontrar no Brasil”, ressaltando a “diversidade” brasileira em decorrência das relações históricas entre o Brasil e a África. Em geral, a ideia de vir para o Brasil é de que eles irão “abrir os horizontes”, sendo difícil imaginar que passarão por situações de intenso preconceito racial, ainda fazendo esse tipo de retorno ao passado, por meio de uma relação direta com a escravidão. Desse modo, várias dessas imagens (ambíguas) que povoam o imaginário social dos estudantes sobre o Brasil nem sempre corresponderão com a prática cotidiana. É na confrontação entre a realidade anterior e a do novo contexto, muitas vezes, diversas do que imaginavam e/ou esperavam, que eles irão verdadeiramente construir os seus distintos projetos de vida, lidando com as limitações de novos campos de possibilidades, permeados por tensões identitárias, raciais, culturais, políticas, individuais e coletivas. É nesse sentido que observo que a vinda dos

estudantes de países da África para Redenção, por acionar muitos dos estereótipos e imaginários que relacionam diretamente o negro à escravidão, toca nas feridas de uma sociedade que sempre negou a sua identidade negra, implicando em situações conflituosas de grande rejeição.

Contudo, é preciso ressaltar que não só de desencontros e hostilidades se fazem os contatos interculturais em Redenção, mas também de encontros e de resistência identitária. Alguns estudantes estrangeiros relataram situações de solidariedade e integração, sobretudo entre os estudantes estrangeiros das diversas nacionalidades, mas também entre eles e os estudantes brasileiros. Um estudante de Cabo Verde disse que foi muito bem recebido pela família de um de seus colegas de curso cearense, que o ajudou no acolhimento durante o período de adaptação tanto na universidade como na cidade. Na universidade, os torneios de futebol entre estudantes de várias nacionalidades, as aulas de dança dos diversos países e suas apresentações durante o trimestre de integração cultural na Unilab, além dos convívios sociais em residências, bares e praças da cidade também são situações destacadas como positivas. Destaco em especial as festas e eventos organizados pelos estudantes africanos em Redenção (algumas feitas em comemoração à independência dos países e Dia da África) como importantes espaços de fala, de afirmação da soberania nacional, com possibilidades criativas de resistência e de reinvenção de identidades, permitindo ainda múltiplas trocas culturais. Ao reunir jovens de diferentes nacionalidades para dançar kizomba, kuduro, afro-house, funaná, funk, sertanejo, forró, as festas possibilitam trocas diversas, com o compartilhamento de experiências (de sotaques, modos de dançar, de vestir, arrumar os cabelos, etc.), estabelecidas por meio de relações sociais, afetivas (de amizade ou amorosas), que permitem a quebra de fronteiras culturais e raciais e a ressignificação identitária para todos os envolvidos nessas trocas. Por meio do corpo, como um potente instrumento de afirmação identitária, os estudantes estrangeiros mediam e reinventam o pertencimento e a inserção ao país de origem e ao de destino. Essas interações que são estabelecidas em situações de “migração, exílio e viagens”, fazem com que o próprio corpo, como “estratégia de identidade”, também passe por um processo de reelaboração (LE BRETON, 2003). Sob o impacto dos deslocamentos, a partir da convivência ativa e cotidiana dentro e fora da universidade, as pessoas e os espaços envolvidos nesses fluxos e trocas de informações podem ser recriados e modificados.

Considerações finais

Ao reacender antigos debates, a presença desses estudantes africanos em Redenção revela não só os limites de enxergar as diversas formas de apagamento da história a que o estado foi submetido, e que geraram grandes equívocos na sociedade, mas também implica encarar as fronteiras do preconceito, da ignorância e da falta de interesse em relação à presença do negro e de suas contribuições na formação do Ceará. Além de outras mazelas, de uma sociedade que se disse libertária no século XIX, mas que, no entanto, insiste em não querer de forma alguma aceitar sua negritude, nem a dos “outros”.

Dessa maneira, os estudantes africanos no Ceará podem revelar nós para nós mesmos, mostrando as diversas linhas de uma construção humana designada como “cearensidade” no interior de algo designado como Brasil. O contraste que eles produzem no grupo do “nós”, os estranhamentos e os embates identitários, possibilitam encontrar os comandos do que é “ser e/ou se sentir cearense”, sendo possível despontar a diversidade cultural do país, as desigualdades, os processos de inclusão e exclusão, e as diversas problemáticas identitárias e movimentações racistas que fazem perceber as “estruturas de longa duração” (ELIAS, 1995, 1994). Isto é, o nosso próprio “processo civilizador”, aquilo que vai produzindo seres humanos como cariocas, paulistas, paraibanos, cearenses, mineiros, paraenses, e, ao mesmo tempo, os unido como brasileiros.

Nesse contexto, o encontro dos estudantes africanos em Redenção apresenta-se como um desafio ao projeto de internacionalização e integração cultural posto pela Unilab, demandando uma reflexão sobre as “ambivalências e ambiguidades do discurso colonial” (BHABHA, 2007), e prática acadêmica, em especial sobre os conteúdos sobre Brasil e África, atentando para a forma como eles podem conectar esses conhecimentos às suas experiências anteriores nos países de origem, e/ou a projetos futuros profissionais. Aponta ainda para as possibilidades de rompimento com as formas institucionalizadas de silenciamento e desconstrução de antigos mitos ligados à dominação colonial e à superioridade europeia, permitindo que os estudantes possam por em prática seus projetos de vida e de formação superior, os quais se tornarão possíveis ou não graças a um campo de possibilidades específico e de sua capacidade de eficácia política e simbólica.

Referências Bibliográficas

ABRANTES, Carla Susana Alem. O ensino superior em Redenção (CE), Brasil: comentário sobre um arquivo virtual. *Revista O Público e O Privado*. n. 23. Jan/jul 2014.

AGIER, Michel. Distúrbios identitários em tempos de globalização. *Mana*, v.7, n.2, p. 7-33, 2001.

ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Ática, 1989.

APPIAH, Kwame Anthony. *Na casa de meu pai: a África na filosofia da cultura*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

BARTH, Fredrik. “Grupos étnicos e suas fronteiras”. In: POUTIGNAT, Philippe (org.) Teorias da etnicidade de Philippe Poutignat e Jocelyne Streiff-Fernart. São Paulo: Editora da UNESP, 1998.

_____. Etnicidade e o Conceito de Cultura. *Antropolítica*. Niterói, v.2, n. 19. 2005.

BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

BEZERRA, Analúcia Sulina. Bastiões: memória e identidade. Dissertação de Mestrado, Fortaleza – Ceará: Universidade Federal do Ceará, 2002.

_____. A confraria de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos de Quixeramobim (Ceará-Brasil). Tese de Doutorado, Fortaleza – Ceará: Universidade Federal do Ceará, 2013.

CUNHA, Manuela Carneiro da. *Negros, estrangeiros*. São Paulo: Brasiliense. 1985.

CUNHA Jr., Henrique e SANTOS, Marlene. População negra no Ceará e sua cultura. *Revista África e Africanidades*, ano 3, n. 11, Nov. 2010.

CORREIA, Mariza. Sobre a invenção da mulata. *Cadernos Pagu* (6-7), 1996, pp.35-50.

COUTO, Mia. *E se Obama fosse africano?* São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

DAMATTA, Roberto. Digressão: a fábula das três raças, ou o problema do racismo à brasileira. In: DAMATTA, Roberto. *Relativizando: uma introdução à Antropologia social*. Rio de Janeiro: Vozes, 1981. p. 58-85.

ELIAS, Norbert. *Mozart: sociologia de um gênio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

_____. *O processo Civilizador: uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994, vol. I.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008.

FONSECA, Dagoberto José. “A tripla perspectiva: a vinda, a permanência e a volta de estudantes angolanos no Brasil”. *Pro-Posições – Dossiê Ensino superior e circulação*

internacional de estudantes: os Palop no Brasil e em Portugal – UNICAMP, 2009, v.20, n. 1 (58) – jan./abr.

FUNES, Eurípedes Antônio. “Negros no Ceará” in: Sousa, Simone (org.) *Nova história do Ceará*. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2000, p. 103-132.

GIACOMINI, Sonia Maria. Mulatas profissionais: raça, gênero e ocupação. *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis, v. 14, n. 1, abr, 2006.

FRY, Peter. *A persistência da raça: ensaios antropológicos sobre o Brasil e a África austral*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2005.

GOMES, Nilma Lino. Trajetórias escolares, corpo negro e cabelo crespo: reprodução de estereótipos ou ressignificação cultural?. *Rev. Bras. Educ.*, n.21, p. 40-51, 2002.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Editora DP&A, 2002.

_____. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. LIV SOVIK (org.) Belo Horizonte: UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

HIRSCH, Olívia Nogueira. *Hoje eu me sinto africana: processos de (re)construção de identidades em um grupo de estudantes cabo-verdianos no Rio de Janeiro*. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro-RJ: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC), 2007.

LE BRETON, David. *Adeus ao corpo: antropologia e sociedade*. Campinas: Papiрус, 2003.

MACAMO, Elísio. A constituição duma Sociologia das sociedades africanas. *Estudos Moçambicanos* n. 19, p. 5-26, 2002.

MASSART, Guy. “Viajantes profissionais e estrangeiros cabo-verdianos no Rio de Janeiro: experiências do ‘outro’”. In: BARCELLOS, Claudia Rezende ; YVONNE MAGGIE (Org). *Raça como retórica: a construção da diferença*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

MORAIS, Sara Santos.; SILVA, Kelly Cristiane da. Estudantes de países de língua oficial portuguesa nas universidades brasileiras: tensões de sociabilidade e dinâmicas identitárias. CONGRESSO LUSO AFRO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS: Diversidades e (DES) igualdades. XI., 2011. Salvador. *Anais*. Salvador: Universidade Federal da Bahia (UFBA), 2011. p. 1-17.

MOURÃO, Daniele Ellery. *Identidades em trânsito: um estudo sobre o cotidiano de estudantes guineenses e cabo-verdianos em Fortaleza*. Monografia. Fortaleza – CE: Universidade Federal do Ceará, 2004.

_____. *Identidades em trânsito: África “na pasajen”: identidades e nacionalidades guineenses e cabo-verdianas*. Campinas: Arte Escrita, 2009.

_____. *Outros Atlânticos: reconfigurações identitárias de estudantes cabo-verdianos em trânsito entre Cabo Verde, Portugal e Brasil*. Tese de Doutorado, Rio de Janeiro – RJ: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2013.

_____. Estudantes cabo-verdianos no Brasil: tensões raciais e “reafricanização”. *Revista O Público e O Privado*. n. 23. Jan/jul 2014.

MUDIMBE, V. Y. *The invention of Africa*. Gnosis, Philosophy, and the Order of Knowledge. Bloomington, Indianapolis e Londres: Indiana University Press and James Currey, 1988.

MUNGOI, Dulce Maria Domingos Chalé João. “O Mito Atlântico”: relatando experiências singulares de mobilidade dos estudantes africanos em Porto Alegre no jogo de reconstrução de suas identidades étnicas. Porto Alegre: UFRGS, 2004. (Dissertação de Mestrado).

_____. Alteridades e fluxos migratórios no “atlântico negro”: estudantes africanos no Sul do Brasil. In: _____. *Cartografias da imigração: interculturalidade e políticas públicas*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007. p. 189-215.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. “Identidade étnica, identificação e manipulação” in: *Identidade, etnia e estrutura social*. São Paulo: Livraria Pioneira, 1976, cap.I, p.1-31.

ORTIZ, Renato. *Mundialização e Cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

PACHECO, Ana Cláudia Lemos. “Branca para casar, mulata para F..., Negra para trabalhar”: escolhas afetivas e significados de solidão entre mulheres negras em Salvador, Bahia. Tese. Campinas-SP: Universidade Estadual de Campinas, 2008.

PORDEUS, JR., Ismael de A. “Pretos velhos: o negro no Ceará” in: *Umbanda Ceará em transe*. Fortaleza: Museu do Ceará, 2002, cap.III, p. 49-52.

_____. Cearensidade. In: CARVALHO, Gilmar. *Bonito pra Chover*. Fortaleza, Edições Demócrito Rocha, 2003.

RATTS, Alecsandro J. Os povos invisíveis: territórios negros e indígenas no Ceará. *Cadernos CERU*, 2 (9): 109-127, 1998.

SAID, Edward W. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SAHLINS, Marshall. *Ilhas de História*. Rio de Janeiro:Zahar, 1990.

_____. *Cultura na prática*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2004.

SUBUHANA, Carlos. *Estudar no Brasil: imigração temporária de estudantes moçambicanos no Rio de Janeiro*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ, ESS, 2005.

SMITH, Anthony D. *A identidade nacional*. Rio de Janeiro: Gradiva,1997.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. Can the Subaltern Speak? In: Nelson, Carl ; GROSSBERG, Lawrence (Ed). *Marxism and the Interpretation of Culture*. Urbana, IL: University of Illinois Press, 1988. p. 271-313.

TAVARES, Francisco. *A cidade de Redenção*. Fortaleza: Instituto Olhar Aprendiz, 2011. 10-22 p. (Africania e cearensidade: Catálogo do Museu Histórico e Memorial da Liberdade).

VELHO, Gilberto. Memória, identidade e projeto. In: _____. *Projeto e metamorfose: Antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

_____. Projeto, emoção e orientação em sociedade complexas. In: _____. *Individualismo e cultura: notas para uma Antropologia da sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. De FHC a Lula. Uma década de política externa (1995-2005). *Civitas-Revista de Ciências Sociais*, v.5, n. 2, p 1-17, 2005.

WILLIAMS, Raymond. “Campo e cidade”; “Cidades e campos”. In: *O campo e a cidade na história e na literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. p. 11-21; 471-500.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: TOMAZ, Tadeu da Silva ; HALL, Stuart ; WOODWARD, Kathryn. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.